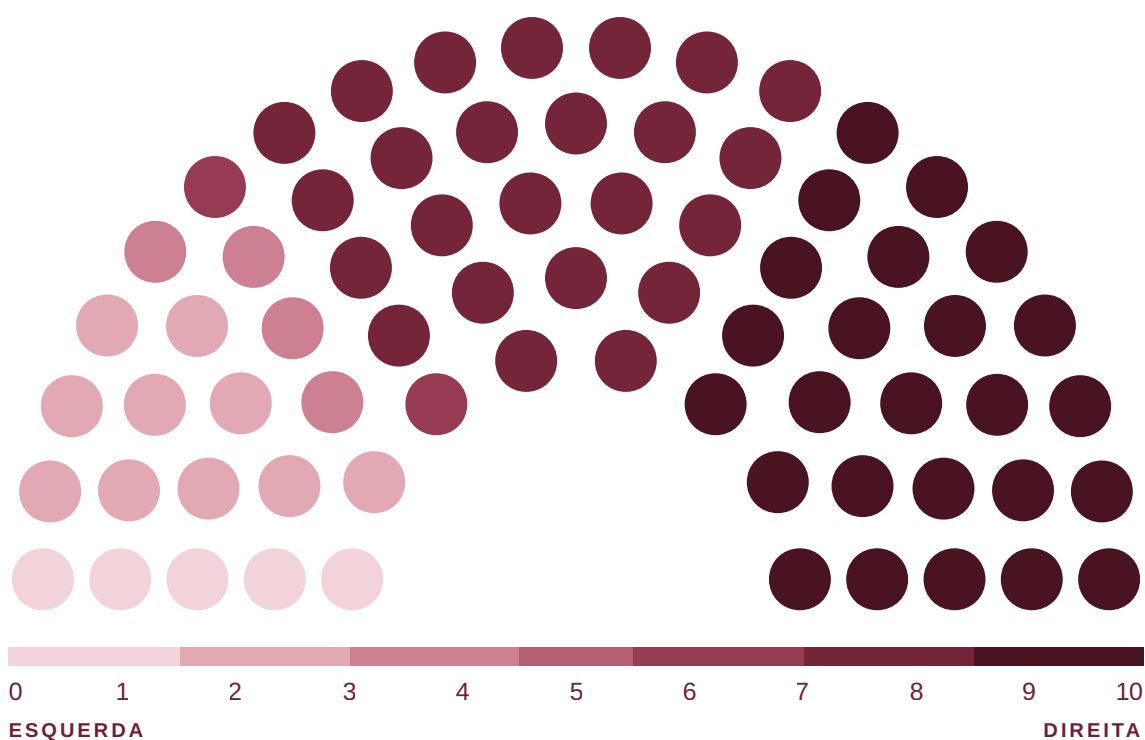


Composição ideológica das bancadas fluminenses

A escala ideológica dos partidos brasileiros aplicada às bancadas estadual e federal do Rio de Janeiro, 2002–2026



COORDENAÇÃO

Mayra Goulart

AUTORES

Mayra Goulart

Raul Paiva

Paulo Fernandes Jr

Leonardo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO

Esther Barros

Relatório produzido pelo Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom/UFRJ) a partir dos dados da plataforma CartPol, projeto conduzido em parceria com o Núcleo de Transferência Tecnológica da COPPE (NTT/UFRJ).

Capa: distribuição das 70 cadeiras da Assembleia Legislativa eleitas em 2026 segundo a escala ideológica de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), da extrema-esquerda, em tom claro, à extrema-direita, em tom escuro. Dados da Tabela 6.

Rio de Janeiro, outubro de 2026



Laboratório de Partidos,
Eleições e Política Comparada

SUMÁRIO

Apresentação	5
1 O Lappcom e a agenda de pesquisa	9
2 Introdução	10
3 A escala ideológica dos partidos.....	12
4 A composição das bancadas fluminenses, 2002–2022	15
4.1 <i>Distribuição nas sete categorias do espectro</i>	<i>15</i>
4.2 <i>Distribuição nos blocos esquerda, centro e direita</i>	<i>17</i>
5 O bloco municipalista e a origem dos quadros do PL.....	21
5.1 <i>A capilaridade municipal das siglas de centro-direita e direita.....</i>	<i>21</i>
5.2 <i>A origem dos quadros eleitos pelo Partido Liberal em 2024.....</i>	<i>22</i>
6 O eixo ideológico no comportamento parlamentar	24
7 As eleições de 2026: composição das bancadas e comparação com 2022	26
7.1 <i>Composição ideológica das bancadas eleitas em 2026</i>	<i>26</i>
7.2 <i>Comparação com 2022: saldo de cadeiras por partido</i>	<i>27</i>
7.3 <i>A bancada fluminense e a composição nacional da Câmara</i>	<i>30</i>
8 Perfil dos eleitos: gênero e reeleição	33
8.1 <i>Reeleição e renovação no Rio de Janeiro</i>	<i>33</i>
8.2 <i>Gênero</i>	<i>34</i>
8.3 <i>Gênero e reeleição.....</i>	<i>35</i>
8.4 <i>Comparação com o total nacional.....</i>	<i>36</i>
8.5 <i>Reeleição nos dois maiores partidos da direita e nos dois maiores da esquerda em 2022.....</i>	<i>36</i>
9 Conclusões	39
10 Desdobramentos	41
Referências	42
<i>Fontes dos dados eleitorais e das informações sobre os eleitos.....</i>	<i>42</i>

APRESENTAÇÃO

Ideologia e controle territorial na hegemonia do PL no Rio de Janeiro

Mayra Goulart

Este relatório reúne e atualiza os trabalhos que o Lappcom vem dedicando à representação política no estado do Rio de Janeiro. O primeiro deles, sobre a composição ideológica da Assembleia Legislativa e da bancada federal fluminense entre 2002 e 2022. O segundo, sobre a dinâmica eleitoral fluminense nas eleições de 2022 e 2024, mapeou a distribuição territorial dos partidos nas dez regiões de planejamento e rastreou a trajetória dos eleitos pelo Partido Liberal. O terceiro volume do Guia Lappcom, por fim, examinou o protagonismo do sistema de Justiça na eleição de 2026. A presente edição estende essa série às eleições de 4 de outubro e sustenta um argumento: a compreensão do resultado fluminense exige identificar a singularidade do percurso do PL no estado, onde a hegemonia do partido no campo da direita antecede a observada no plano nacional e se apoia em uma combinação específica entre identidade ideológica e controle territorial.

No plano nacional, a eleição de 2026 reduziu a fragmentação da Câmara dos Deputados e concentrou cadeiras no PL. O número efetivo de partidos, que estima quantas legendas têm peso real na Casa, caiu de 10,07 para 8,83, uma redução de 12%, e o número de partidos com representação passou de 30, em 2018, para 23, em 2022, e 20, em 2026. O PL elegeu 121 deputados, o equivalente a 23,6% da Câmara e a maior bancada eleita por um partido desde a redemocratização. Os partidos do centrão perderam espaço: União Brasil, PP e Republicanos passam de 140 deputados, na composição atual, para 128, e a federação entre União Brasil e PP, que conta hoje com 98 deputados, terá 87 na próxima legislatura.

O LAPPCOM em suas pesquisas ao longo do último ano acumulou um conjunto de levantamentos que nos permite afirmar que, no Rio de Janeiro, esse movimento ocorreu antes. Em 2022, o PL conquistou 17 das 70 cadeiras da Assembleia Legislativa (24,3%) e 11 das 46 cadeiras da bancada federal (23,9%), as maiores bancadas nas duas casas. Em 2024, o partido conquistou 23 das 92 prefeituras do estado (25%) e 170 cadeiras de vereador, liderando também os dois níveis da disputa municipal. A participação que o PL alcança na Câmara dos Deputados em 2026 corresponde, portanto, à que o partido já havia alcançado no estado quatro anos antes. Em 2026, o PL amplia essa posição no Rio de Janeiro para 21 cadeiras na Assembleia Legislativa (30,0%) e 15 na bancada federal (32,6%), cerca de nove pontos percentuais acima de sua participação no conjunto da Câmara.

A série histórica construída pelo Lappcom com base em ferramentas metodológicas que possibilitam classificar os partidos conforme a sua ideologia, permite, portanto, situar esse resultado. Nas sete eleições examinadas, entre 2002 e 2026, o bloco de direita detém a maioria das cadeiras nas duas casas, com participação entre 58,6% e 78,6% na Assembleia Legislativa e entre 60,9% e 78,3% na bancada federal. O bloco de esquerda permanece minoritário em todo o período, com participação entre 20,0% e 35,7% na esfera estadual e entre 19,6% e 37,0% na federal, e o centro deixa de eleger representantes a partir de 2022. O eixo que separa esquerda e direita na representação fluminense man-

tém-se, assim, relativamente estável. A variação de maior magnitude ocorre no interior do bloco de direita, na distribuição das cadeiras entre as legendas situadas mais próximas do centro e aquelas situadas no extremo da escala. Entre 2014 e 2022, a extrema direita passou de nenhuma cadeira a 37,1% da Assembleia Legislativa e de 2,2% a 37,0% da bancada federal, enquanto a direita convencional recuava de 62,9% para 30,0% e de 65,2% para 30,4%, respectivamente.

Em 2026, a recomposição prossegue sob outra forma: a concentração passa a ocorrer no interior da própria extrema direita, em favor do PL. O União Brasil, que havia crescido junto com o PL, perde metade de sua bancada na Assembleia Legislativa, que passa de 8 para 4 cadeiras, e cinco de suas seis cadeiras federais. Somado ao PP, seu parceiro na federação União Progressista, o conjunto passa de 12 para 9 cadeiras estaduais e de 9 para 6 federais. Como resultado, o PL passa a responder por 84% das cadeiras classificadas na extrema direita na Assembleia Legislativa e por 94% na bancada federal, contra cerca de 65% nas duas casas em 2022. A concentração da representação partidária no estado é mais intensa do que a observada no país: o número efetivo de partidos cai 25% na Assembleia Legislativa (de 9,35 para 7,00) e 27% na bancada federal (de 8,40 para 6,15), o que corresponde a cerca do dobro da redução registrada no conjunto da Câmara.

A COOPTAÇÃO DE LIDERANÇAS TRADICIONAIS

Os relatórios anteriores do laboratório já indicavam o modo como o PL construiu essa posição no estado. O rastreamento das trajetórias das 192 lideranças locais, como prefeitos e vereadores eleitos pelo partido em 2024, mostrou que 69,8% deles tinham mandato ou candidatura anterior por outras legendas: 53,6% eram veteranos que haviam conquistado mandatos em 2016 ou 2020 por outros partidos, e 16,1% haviam concorrido sem êxito nesses ciclos. A base orgânica do partido, formada por filiados ao PL ou ao PR nas duas eleições anteriores, respondia por 13,0% dos eleitos. O crescimento do PL resultou, portanto, da incorporação de lideranças de grupos políticos tradicionais, que já ocupavam mandatos por outras legendas e que trouxeram consigo o controle de territórios eleitorais. Como registrou o texto publicado pelo laboratório no Extra no dia do primeiro turno, a polarização nacional chega ao Rio de Janeiro mediada por esses grupos.

Os resultados de 2026 registram o mesmo padrão nas bancadas legislativas. Na Assembleia Legislativa, o PL elegeu Guilherme Delaroli, cuja principal base eleitoral é Itaboraí, município administrado por seu irmão, Marcelo Delaroli (PL), e Dra. Gabriela, que obteve 51.154 de seus 96.267 votos em Cabo Frio, município administrado por seu irmão, Doutor Serginho (PL). Na bancada federal, o partido incorporou Dani Cunha, eleita pelo União Brasil em 2022, e elegeu Wladimir Garotinho, da família Garotinho, com base em Campos dos Goytacazes. Seu deputado federal mais votado, Altineu Côrtes, obteve 43% de seus votos em São Gonçalo, município governado por seu aliado Capitão Nelson (PL) e destinatário de ao menos R\$ 92 milhões em emendas indicadas pelo deputado.

A SINGULARIDADE FLUMINENSE

Nesse ponto se localiza a singularidade do caso fluminense. No Rio de Janeiro, o PL combina a identidade ideológica do bolsonarismo com a operação de uma máquina que se entremeia nas estruturas da política tradicional: as prefeituras, os mandatos legislativos controlados por grupos familiares e

as emendas parlamentares que ligam esses mandatos aos municípios. Essa combinação torna o partido, no estado, menos dependente de influenciadores digitais e de grandes lideranças de projeção ideológica do que em outras unidades da federação.

Os dados de votação de 2026 são compatíveis com essa leitura. Em Minas Gerais, Nikolas Ferreira (PL) recebeu 3.119.318 votos, o equivalente a 27,19% dos votos válidos do estado, e quatro dos cinco deputados federais com maior participação na votação de seus estados pertencem ao PL. No Rio de Janeiro, o deputado federal mais votado, Dr. Luizinho (PP), obteve 2,41% dos votos válidos, o que o situa na 291ª posição nacional segundo esse critério, e a deputada estadual mais votada, Índia Armelau (PL), obteve 2,82%, na 80ª posição entre os candidatos às assembleias legislativas. O PL elegeu 15 deputados federais no estado sem que nenhum deles estivesse entre os três mais votados, posições ocupadas por Dr. Luizinho (PP), Rick Azevedo (PSOL) e Lindbergh Farias (PT). A série do próprio estado indica a mesma tendência: a participação do deputado federal mais votado nos votos válidos, que havia sido de 8,69% com Anthony Garotinho em 2010, de 6,10% com Jair Bolsonaro em 2014 e de 4,47% com Hélio Lopes em 2018, recua para 2,47% em 2022 e 2,41% em 2026, período em que o PL se torna o principal partido do estado.

A dispersão é compatível com a hipótese de que os votos do partido precisaram ser repartidos entre os diferentes grupos familiares que controlam diferentes territórios. O mapa dos dez deputados estaduais mais votados identifica duas formas de chegar à Assembleia Legislativa: a candidatura ancorada em um município, em parentes ou em aliados que controlam o Executivo local, e a candidatura com votos espalhados pelo estado, impulsionada por bandeiras políticas, pela atuação parlamentar e pelo alcance nas redes sociais. As duas formas convivem no interior do PL. Índia Armelau e Anderson Moraes, que afirma não ter reduto eleitoral, diz ter percorrido os 92 municípios e atribui boa parte de sua votação ao apoio da família Bolsonaro, correspondem à segunda forma. Guilherme Delaroli e Dra. Gabriela correspondem à primeira, ao lado de candidaturas de outras legendas, como a de Márcio Cannella (União Brasil), que obteve cerca de 68% de seus votos em Belford Roxo, município que governou, e 82,4% em Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti.

A APOSTA ANALÍTICA

A aposta analítica deste relatório é que a hegemonia do PL no Rio de Janeiro resulta da composição entre ideologia e controle territorial. A dimensão ideológica oferece ao partido uma identidade nacional e uma pauta, centrada na segurança pública e na defesa de valores tradicionais, capaz de organizar o eleitorado de direita. A dimensão territorial oferece capilaridade, por meio de lideranças que controlam executivos municipais, canalizam recursos para seus redutos e trazem para o partido eleitorados constituídos antes de sua filiação. Um indício adicional dessa composição é que o PL ampliou suas bancadas em 2026 mesmo sem dispor, durante a campanha, da estrutura do governo estadual, afastada pelas decisões judiciais examinadas no terceiro volume do Guia, o que sugere que a máquina que sustenta o partido no estado opera também a partir das prefeituras e dos mandatos legislativos.

Essa hipótese demanda verificação com instrumentos que este relatório começa a reunir. O primeiro é a distribuição completa dos votos de cada candidato pelos municípios e pelas zonas eleitorais, que permitirá calcular índices de concentração e comparar os candidatos do PL com os das demais legendas. O segundo é o georreferenciamento das emendas parlamentares na plataforma CartPol, que

permitirá examinar a correspondência entre os municípios que recebem recursos e os redutos eleitorais dos deputados. O terceiro é a comparação com outros estados, necessária para distinguir o efeito da combinação aqui descrita do efeito de fatores como o tamanho do eleitorado, o número de candidaturas e a distribuição de recursos de campanha, que também influenciam a dispersão dos votos.

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

O relatório está organizado da seguinte forma. A Seção 3 apresenta a escala ideológica dos partidos, os ajustes realizados pelo Lappcom e as regras de contagem. A Seção 4 descreve a composição das bancadas entre 2002 e 2022. A Seção 5 retoma o bloco municipalista e a origem dos quadros do PL. A Seção 6 examina o comportamento da bancada fluminense em votações nominais. A Seção 7 estende a análise às eleições de 2026, com a composição ideológica das bancadas, o saldo de cadeiras por partido, a comparação com o total nacional e a concentração territorial da votação de deputados federais com base fora da capital. A Seção 8 examina o perfil dos eleitos segundo gênero e reeleição. As Seções 9 e 10 reúnem as conclusões e os desdobramentos previstos. Os resultados de 2026 têm caráter preliminar e serão consolidados com as bases oficiais do Tribunal Superior Eleitoral.

O Lappcom e a agenda de pesquisa

O Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom) está sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e é coordenado, desde 2019, pela professora Mayra Goulart da Silva, do Departamento de Ciência Política. O laboratório reúne pesquisadores em formação nos níveis de graduação, mestrado e doutorado, e organiza suas atividades em torno do estudo dos partidos políticos, dos processos eleitorais e das formas assumidas pela representação política no Brasil.

A agenda de pesquisa do laboratório desenvolve-se em três eixos articulados. O primeiro toma a dinâmica eleitoral do estado do Rio de Janeiro como objeto empírico privilegiado, adotando as dez regiões de planejamento como unidade recorrente de análise e examinando o enraizamento territorial das siglas, sua capilaridade entre os municípios e a formação de coalizões subnacionais. O segundo eixo trata da representação política e do perfil das bancadas eleitas, incluindo o estudo das candidaturas femininas, da distribuição dos recursos de campanha e dos determinantes do sucesso eleitoral nas disputas proporcionais. O terceiro eixo situa esses achados em perspectiva comparada, examinando as transformações recentes dos sistemas partidários e a inscrição eleitoral das direitas em democracias contemporâneas.

No plano da infraestrutura de pesquisa, o Lappcom mantém parceria com pesquisadores da COPPE/UFRJ para o desenvolvimento do CartPol, plataforma de cartografia política voltada à análise geográfica de dados eleitorais e ao georreferenciamento de indicadores de atividade parlamentar. O presente relatório integra essa linha de trabalho e é complementar ao Relatório sobre a dinâmica eleitoral fluminense, que examina a distribuição territorial dos partidos nas dez regiões de planejamento do estado e nas eleições municipais de 2024. Enquanto aquele documento parte do território, este parte da classificação ideológica das siglas; a Seção 5 articula os dois procedimentos.

Introdução

O exame da composição das casas legislativas exige um critério que permita ordenar as siglas segundo suas posições programáticas. Na ausência desse critério, a descrição das bancadas permanece restrita à contagem de cadeiras por partido, o que dificulta tanto a comparação entre eleições sucessivas quanto a comparação entre arenas institucionais distintas. Escalas construídas a partir de surveys com especialistas cumprem essa função: atribuem a cada sigla uma posição em um eixo esquerda-direita, sintetizando o julgamento de pesquisadores da área sobre o conjunto de suas posições e de sua atuação.

Este relatório adota a classificação proposta por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), construída a partir do survey conduzido junto a especialistas filiados à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), e a aplica à composição de duas bancadas fluminenses em sete eleições gerais, entre 2002 e 2026: a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com 70 cadeiras, e a bancada federal do estado na Câmara dos Deputados, com 46 cadeiras. Para cada eleição, as cadeiras foram distribuídas entre as sete categorias da escala, conforme a sigla pela qual cada parlamentar foi eleito. Para as eleições de 2026, cujos resultados têm caráter preliminar, o relatório acrescenta à classificação ideológica o saldo de cadeiras por partido em relação a 2022, a comparação com o conjunto da Câmara, a concentração territorial da votação de deputados federais e o perfil dos eleitos segundo gênero e reeleição.

Duas precauções de leitura acompanham o procedimento. A primeira diz respeito ao referente temporal do indicador: a escala foi construída a partir de um survey realizado em 2018 e é aqui aplicada retroativamente a todo o período, de modo que as variações observadas entre eleições expressam a recomposição das cadeiras entre siglas; deslocamentos programáticos das próprias siglas ao longo dos vinte anos permanecem fora do alcance da medida. A segunda diz respeito à unidade de contagem: o que está sendo descrito é a distribuição de cadeiras, mediada pela fórmula proporcional e pelas estratégias de coligação; a distribuição dos votos entre os eleitores fluminenses constitui objeto distinto, examinado em outros trabalhos do laboratório.

O relatório está organizado em oito partes, além desta introdução. A Seção 3 apresenta a escala, os ajustes realizados em relação à classificação original e as regras de contagem. A Seção 4 descreve a composição das bancadas entre 2002 e 2022 nas sete categorias do espectro e nos três blocos agregados. A Seção 5 confronta essa descrição com os resultados municipais de 2024 e com o rastreamento das trajetórias dos eleitos pelo Partido Liberal, procedimentos desenvolvidos no Relatório sobre a dinâmica eleitoral fluminense. A Seção 6 examina o comportamento da bancada fluminense em votações nominais, de modo a verificar em que medida a classificação das legendas organiza o voto dos parlamentares. A Seção 7 estende a análise às eleições de 2026, com a composição ideológica das bancadas, o saldo de cadeiras por partido, a comparação com o total nacional e a concentração

territorial da votação. A Seção 8 examina o perfil dos eleitos segundo gênero e reeleição, entre 2018 e 2026. A Seção 9 reúne as conclusões que os dados sustentam, acompanhadas das ressalvas pertinentes. A Seção 10 indica os desdobramentos previstos para esta linha de trabalho.

A escala ideológica dos partidos

A escala varia de 0 a 10, em que os valores mais baixos correspondem às posições mais à esquerda e os mais altos, às posições mais à direita. A partir dessa distribuição contínua, os autores derivam sete categorias — extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema-direita —, que são as empregadas nos gráficos da seção seguinte. A Tabela 1 reproduz a classificação com os acréscimos descritos na nota metodológica que a acompanha, a qual expõe também as regras de contagem adotadas em todo o relatório.

Tabela 1 — Posição dos partidos políticos brasileiros na escala ideológica (0–10)

Partido	Posição na escala (0–10)	Classificação ideológica
PSTU	0,51	extrema-esquerda
PCO	0,61	extrema-esquerda
PCB	0,91	extrema-esquerda
PSOL	1,28	extrema-esquerda
PCdoB	1,92	esquerda
PT	2,97	esquerda
PDT	3,93	centro-esquerda
PSB	4,05	centro-esquerda
REDE	4,77	centro
PPS	4,93	centro
PV	5,29	centro
PTB	6,10	centro-direita
Avante	6,32	centro-direita
SDD	6,50	centro-direita
PMN	6,88	centro-direita
PMB	6,90	centro-direita
PHS	6,96	centro-direita
MDB	7,02	direita
PRD	7,05	direita
PSD	7,09	direita
PSDB	7,11	direita
PODE	7,24	direita
PPL	7,27	direita
PRTB	7,45	direita
PROS	7,47	direita

Partido	Posição na escala (0–10)	Classificação ideológica
PRP	7,60	direita
PRB	7,78	direita
PR	7,78	direita
PTC	7,86	direita
AGIR	7,86	direita
PSL	8,11	direita
DC	8,11	direita
NOVO	8,13	direita
Progressistas	8,20	direita
PSC	8,33	direita
PATRI	8,55	extrema-direita
DEM	8,57	extrema-direita
UNIÃO	8,64	extrema-direita
PL	9,00	extrema-direita

Fonte: Bolognesi, Bruno; Ribeiro, Ednaldo; Codato, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, p. e20210164, 2023, com os acréscimos descritos abaixo.

NOTA METODOLÓGICA

Escala ideológica. A classificação dos partidos adota a escala de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), resultante de um survey com especialistas realizado em 2018 entre membros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Dos 963 cientistas políticos convidados, 519 responderam ao questionário (53,9%) e posicionaram 35 partidos em uma escala espacial de esquerda e direita, de 0 a 10, sem acesso ao valor numérico correspondente a cada posição. O valor de cada partido é a média das posições atribuídas pelos respondentes.

Categorias e blocos. Os partidos são distribuídos em sete categorias, segundo os intervalos definidos pelos autores: extrema-esquerda (0 a 1,50), esquerda (1,51 a 3,00), centro-esquerda (3,01 a 4,49), centro (4,50 a 5,50), centro-direita (5,51 a 7,00), direita (7,01 a 8,50) e extrema-direita (8,51 a 10). O bloco de esquerda agrega extrema-esquerda, esquerda e centro-esquerda; o bloco de centro corresponde à categoria centro; o bloco de direita agrega centro-direita, direita e extrema-direita.

Atualização das siglas. Como o survey é de 2018, sua aplicação às eleições de 2022 e 2026 exige a correspondência entre as siglas originais e as denominações atuais. Os partidos que apenas mudaram de nome mantêm o valor original: o PRB corresponde ao Republicanos, o SDD ao Solidariedade, o PODE ao Podemos, o PATRI ao Patriota e o PTC ao Agir.

Valores atribuídos pelo Lappcom. Três partidos receberam valores definidos pelo Lappcom. Ao União Brasil, resultante da fusão entre DEM (8,57) e PSL (8,11), foi atribuído o valor 8,64, na categoria extrema-direita. Ao PL, antiga denominação do PR (7,78 no survey), foi atribuído o valor 9,00, o mais alto da tabela, em razão da filiação de Jair Bolsonaro em 2021 e de sua posição central no partido; trata-se de uma convenção de classificação, pois qualquer valor entre 8,51 e 10 produz a mesma contagem por categoria. O PRD, resultante da fusão entre PTB e Patriota em 2023, recebe a média de Patriota (8,55), Solidariedade (6,50) e PTB (6,10): $(8,55 + 6,50 + 6,10) \div 3 = 7,05$; conforme o critério definido para esta atualização, sua única cadeira estadual integra a categoria direita.

Regras de contagem. As cadeiras são atribuídas ao partido de filiação do deputado no momento da eleição, e mudanças de partido durante a legislatura não alteram a classificação da eleição correspondente. Nas eleições com federações, os eleitos são classificados pelo partido de filiação individual. Partidos incorporados após 2022 (PROS, PTB, Patriota e PSC) são classificados, nas tabelas de 2022, pelo valor original do survey. Os percentuais são calculados sobre 70 cadeiras estaduais e 46 federais, com arredondamento a uma casa decimal.

Limitações. A escala é uma medida estática, referida ao posicionamento dos partidos em 2018, e não capta deslocamentos posteriores, como a reconfiguração do PL após a filiação de Jair Bolsonaro, nem a heterogeneidade interna das legendas nos níveis estadual e municipal, relevante para o estudo das coalizões subnacionais no Rio de Janeiro. A classificação expressa a percepção de especialistas sobre os partidos nacionais. O posicionamento individual dos parlamentares pode ser examinado, de forma complementar, pelo comportamento em votações nominais. Os valores atribuídos a União Brasil, PL e PRD devem ser lidos como convenções de classificação.

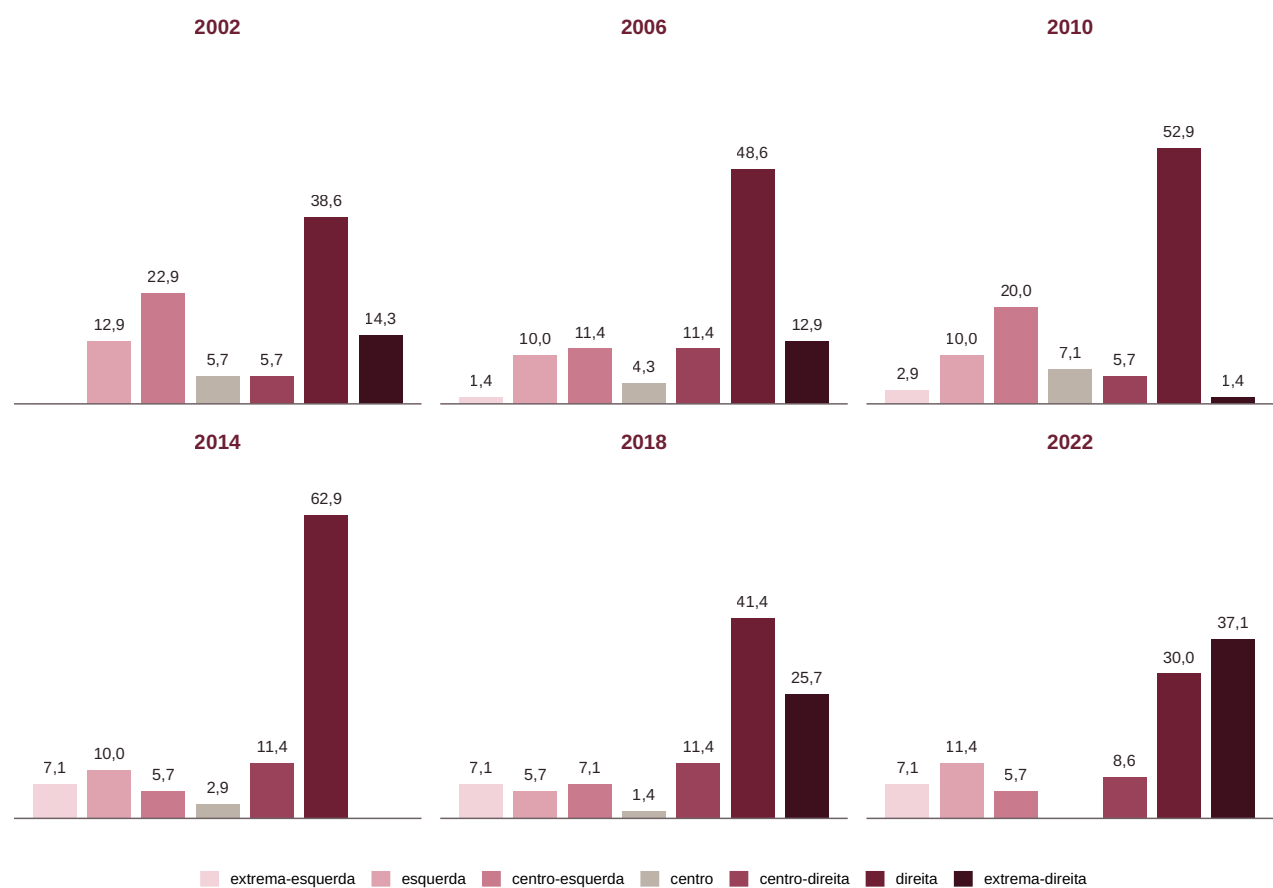
A composição das bancadas fluminenses, 2002–2022

Esta seção descreve os resultados em dois níveis de agregação. O primeiro distribui as cadeiras pelas sete categorias da escala, o que permite observar a composição interna de cada campo. O segundo reúne as categorias em três blocos — esquerda, centro e direita —, o que permite acompanhar o tamanho relativo de cada campo ao longo das seis eleições.

4.1 Distribuição nas sete categorias do espectro

Nos Gráficos 1 e 2, a categoria direita responde pela maior parcela das cadeiras em cinco das seis eleições examinadas, nos dois níveis, com máximos em 2014 (62,9% na Assembleia Legislativa e 65,2% na bancada federal). Em 2022, essa posição é ocupada pela extrema-direita, que alcança 37,1% das cadeiras estaduais e 37,0% das federais, à frente da categoria direita, que registra 30,0% e 30,4%, respectivamente. No mesmo intervalo, a categoria centro reduz-se de forma contínua e chega a zero em 2022 nos dois níveis, enquanto a centro-esquerda passa de 22,9% para 5,7% na esfera estadual e de 19,6% para 4,3% na federal.

Gráfico 1 — Percentual de deputados estaduais por espectro ideológico, Rio de Janeiro, 2002–2022



Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ a partir de dados do TSE, segundo critério de Bolognesi et al. (2023).

Gráfico 2 — Percentual de deputados federais pelo Rio de Janeiro por espectro ideológico, 2002–2022

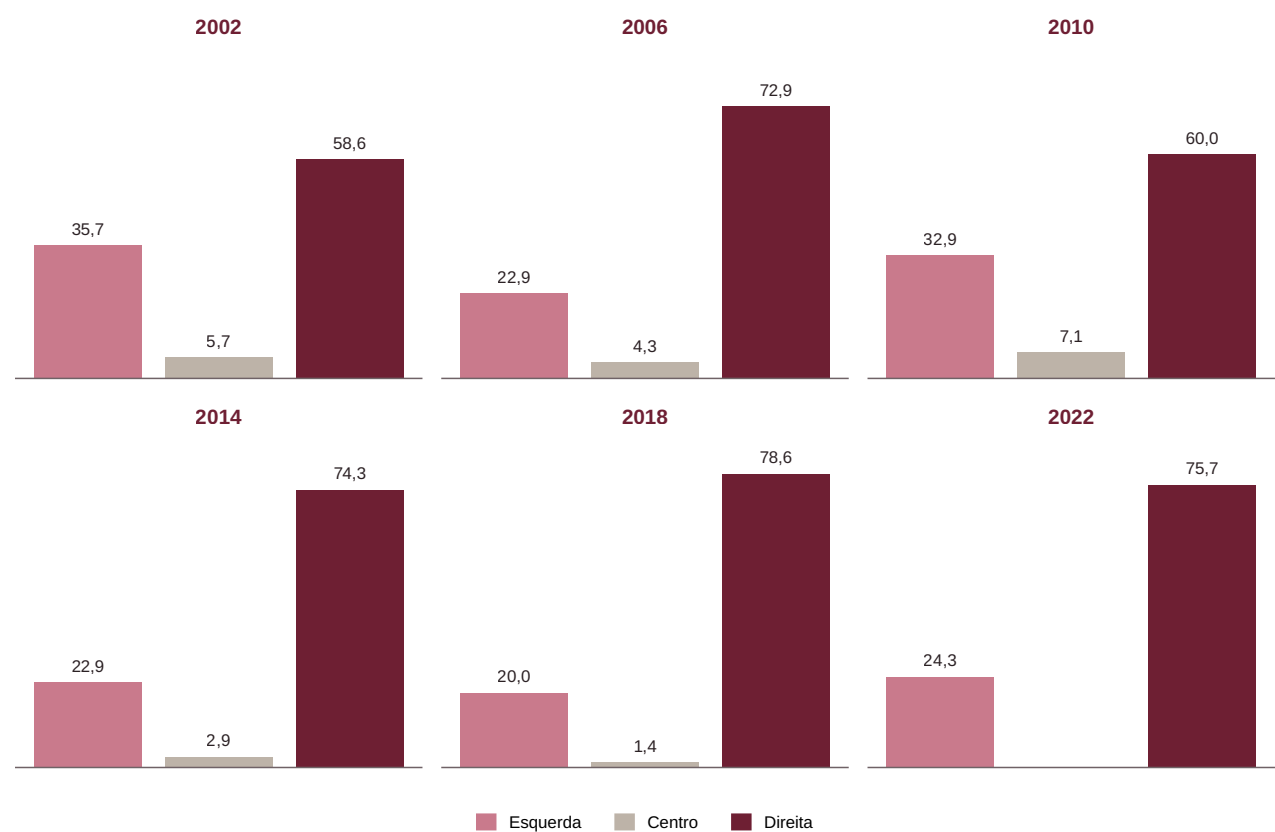


Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ a partir de dados do TSE, segundo critério de Bolognesi et al. (2023).

4.2 Distribuição nos blocos esquerda, centro e direita

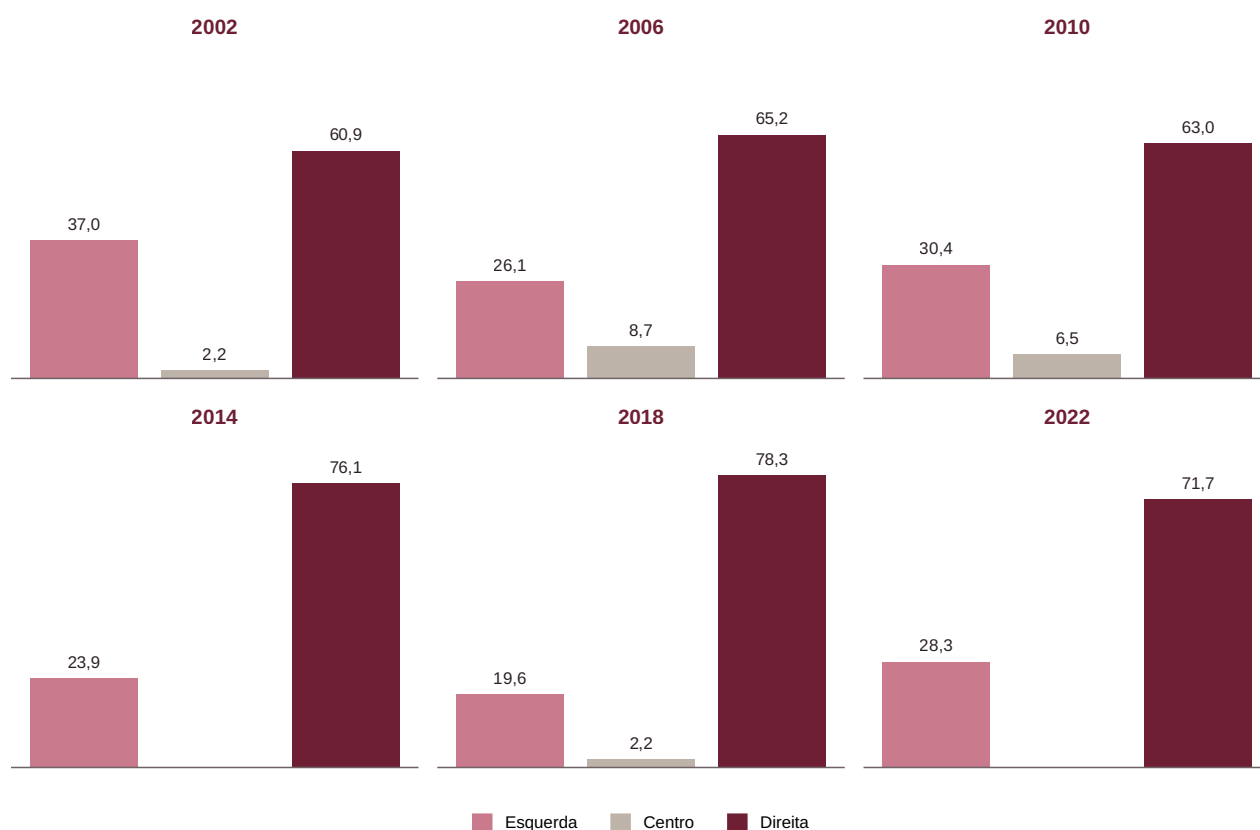
A agregação em três blocos, apresentada nos Gráficos 3 e 4 e sintetizada na Tabela 2, indica que o bloco de direita reúne a maioria das cadeiras em todas as eleições do período, nos dois níveis. Seu piso é de 58,6% na Assembleia Legislativa e de 60,9% na bancada federal, ambos em 2002, e seu teto é alcançado em 2018, com 78,6% e 78,3%. O bloco de esquerda oscila entre 20,0% e 35,7% na esfera estadual e entre 19,6% e 37,0% na federal, sem apresentar tendência de expansão no período. O bloco de centro, por sua vez, parte de patamares já reduzidos e desaparece em 2022.

Gráfico 3 — Percentual de deputados estaduais por bloco ideológico, Rio de Janeiro, 2002–2022



Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ a partir de dados do TSE, segundo critério de Bolognesi et al. (2023). A categoria centro-esquerda foi unida à esquerda, assim como a categoria centro-direita, à direita.

Gráfico 4 — Percentual de deputados federais pelo Rio de Janeiro por bloco ideológico, 2002–2022



Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ a partir de dados do TSE, segundo critério de Bolognesi et al. (2023). A categoria centro-esquerda foi unida à esquerda, assim como a categoria centro-direita, à direita.

A Tabela 2 reúne os percentuais dos três blocos e acrescenta uma quarta coluna, correspondente à soma das cadeiras ocupadas pelas categorias extremas da escala — extrema-esquerda e extrema-direita. Essa soma permite acompanhar o grau de concentração das cadeiras nas posições terminais do eixo, que se mantém abaixo de 18% até 2014 e se eleva de modo acentuado nas duas eleições seguintes.

Tabela 2 — Distribuição percentual das cadeiras por bloco ideológico e soma das posições extremas, Rio de Janeiro, 2002–2026

Eleição	Esquerda	Centro	Direita	Extremos
Deputados estaduais (ALERJ, 70 cadeiras)				
2002	35,7	5,7	58,6	14,3
2006	22,9	4,3	72,9	14,3
2010	32,9	7,1	60,0	4,3
2014	22,9	2,9	74,3	7,1
2018	20,0	1,4	78,6	32,8
2022	24,3	0,0	75,7	44,2
2026	27,1	0,0	72,9	42,9
Deputados federais pelo Rio de Janeiro (46 cadeiras)				
2002	37,0	2,2	60,9	15,2
2006	26,1	8,7	65,2	17,4
2010	30,4	6,5	63,0	8,6
2014	23,9	0,0	76,1	8,7
2018	19,6	2,2	78,3	43,5
2022	28,3	0,0	71,7	47,9
2026	28,3	0,0	71,7	43,5

Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ a partir dos Gráficos 1 a 4 e, para 2026, dos resultados preliminares descritos na Seção 7. A coluna Extremos corresponde à soma das categorias extrema-esquerda e extrema-direita. Os totais por linha podem não somar 100,0 em razão de arredondamento.

O bloco municipalista e a origem dos quadros do PL

A descrição apresentada na seção anterior registra a composição das bancadas eleitas para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados. Ela não informa, por si, como as siglas que ocupam essas posições se distribuem pelos demais níveis da disputa eleitoral no estado. Esta seção incorpora dois procedimentos desenvolvidos no Relatório sobre a dinâmica eleitoral fluminense — o mapeamento dos resultados municipais de 2024 e o rastreamento longitudinal das trajetórias dos eleitos pelo Partido Liberal — de modo a situar a classificação ideológica no interior da dinâmica territorial que a sustenta.

5.1 A capilaridade municipal das siglas de centro-direita e direita

Cinco legendas concentram a maior parte dos cargos municipais fluminenses conquistados em 2024: PL, PP, União Brasil, MDB e Solidariedade. Em conjunto, elas reúnem 72 das 92 prefeituras do estado e cerca de 55% das cadeiras de vereador. Na escala apresentada na Seção 3, essas siglas ocupam posições que vão do centro-direita à extrema-direita, com valores entre 6,50 e 9,00. A Tabela 3 reúne, para cada uma delas, a posição na escala e o desempenho nos quatro níveis de disputa examinados.

Tabela 3 — Posição na escala e desempenho eleitoral das cinco legendas com maior presença municipal, Rio de Janeiro

Partido	Escala	Classificação	Prefeit.	Veread.	D. est.	D. fed.
PL	9,00	extrema-direita	23	170	17	11
PP	8,20	direita	18	138	4	3
União Brasil	8,64	extrema-direita	12	130	8	6
MDB	7,02	direita	10	109	2	2
Solidariedade	6,50	centro-direita	9	115	3	1

Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ. Posições na escala conforme a Tabela 1. Prefeituras e vereadores referem-se às eleições municipais de 2024; deputados estaduais e federais, às eleições gerais de 2022. Os valores do Solidariedade nas duas últimas colunas não constam do relatório de origem.

A Tabela 3 permite distinguir duas situações no interior desse conjunto. O Partido Liberal apresenta desempenho expressivo nos quatro níveis: lidera as prefeituras e as câmaras municipais e elegeu as maiores bancadas nas duas casas legislativas, com 17 cadeiras na Assembleia Legislativa e 11 na bancada federal, o equivalente a 24% de cada uma. As demais legendas apresentam desempenho

municipal elevado acompanhado de representação proporcional reduzida: o PP conquistou 18 prefeituras e 138 cadeiras de vereador, e elegeu 4 deputados estaduais e 3 federais; o MDB conquistou 10 prefeituras e 109 cadeiras de vereador, e elegeu 2 deputados em cada casa.

Essa assimetria qualifica a leitura da Seção 4. O predomínio do bloco de direita nas bancadas estadual e federal, descrito ali em termos de distribuição de cadeiras, corresponde a um arranjo cuja base de sustentação está nos executivos e legislativos municipais, e cuja conversão em representação proporcional é desigual entre as siglas que o compõem. O padrão de municipalismo de centro-direita descrito no relatório de origem nomeia essa configuração: legendas com capilaridade territorial expressiva e quadros com projeção supramunicipal limitada, que ocupam as posições intermediárias e altas da escala sem constituírem um bloco coordenado.

5.2 A origem dos quadros eleitos pelo Partido Liberal em 2024

A posição atribuída ao Partido Liberal na Tabela 1 decorre de uma decisão de classificação enunciada na nota metodológica: a sigla recebeu o valor máximo da escala em razão das mudanças associadas à incorporação de Jair Bolsonaro. Essa decisão toma o vínculo com o bolsonarismo como critério de posicionamento. O rastreamento das trajetórias eleitorais dos 192 prefeitos e vereadores eleitos pelo partido no estado em 2024, realizado no relatório de origem a partir do cruzamento com os registros do Tribunal Superior Eleitoral referentes a 2016 e 2020, permite examinar de que modo esse vínculo se relaciona com a formação dos quadros do partido no território fluminense.

Tabela 4 — Trajetória eleitoral anterior dos prefeitos e vereadores eleitos pelo PL no Rio de Janeiro em 2024

Trajetória anterior	Cadeiras	%
Veteranos cooptados — eleitos em 2016 ou 2020 por outras legendas	103	53,6
Derrotados cooptados — candidatos sem êxito em 2016 e 2020 por outras legendas	31	16,1
Renovação absoluta — primeira candidatura	33	17,2
Base orgânica — filiados ao PL ou ao PR em 2016 ou 2020	25	13,0
Total	192	100,0

Fonte: Relatório sobre a dinâmica eleitoral fluminense (Lappcom/UFRJ), a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024).

Os dois primeiros grupos da Tabela 4 reúnem candidatos com trajetória eleitoral anterior em outras legendas: 103 já detinham mandatos conquistados em 2016 ou 2020 e 31 haviam concorrido nesses ciclos sem êxito. Somados, correspondem a 134 dos 192 eleitos, ou 69,8% do total. A base orgânica do partido, formada por filiados ao PL ou ao PR nos dois ciclos anteriores, responde por 13,0%, e os candidatos em primeira eleição, por 17,2%.

A implicação para a leitura deste relatório é de ordem interpretativa. A escala mede a posição atribuída à sigla pelo julgamento de especialistas, e o crescimento da categoria extrema-direita registrado nos Gráficos 1 e 2 em 2022 decorre em parte da atribuição do valor máximo ao Partido Liberal. Os dados de trajetória indicam que o enraizamento municipal dessa mesma legenda no estado se apoia majoritariamente em lideranças cujo capital político foi acumulado em siglas anteriores. As duas

informações operam em planos distintos e são compatíveis entre si: a primeira diz respeito ao posicionamento programático atribuído à legenda; a segunda, à origem dos quadros que a compõem no nível municipal. Sua articulação sugere que a variação observada na composição ideológica das bancadas fluminenses resulta, em medida a ser estimada, de realinhamento de quadros já estabelecidos, e recomenda cautela na leitura da recomposição descrita na Seção 4 como indício de renovação das elites políticas estaduais.

O eixo ideológico no comportamento parlamentar

A classificação empregada até aqui atribui posições às legendas a partir do julgamento de especialistas, de modo que a composição descrita na Seção 4 informa como as cadeiras se distribuem pelo eixo esquerda-direita sem informar como os parlamentares eleitos por essas legendas votam. Esta seção examina esse segundo ponto a partir de votações nominais em que a divisão da bancada fluminense pode ser observada diretamente. Foram reunidas seis matérias cujo placar nominal está registrado, três apreciadas na Câmara dos Deputados e três na Assembleia Legislativa, agrupadas conforme o comportamento dos blocos.

Tabela 5 — Comportamento dos blocos ideológicos da bancada fluminense em seis votações nominais, 2012–2023

Matéria	Casa e ano	Comportamento da bancada fluminense
A. Votações em que os blocos se dividem segundo o eixo ideológico		
Marco temporal das terras indígenas	Câmara, 2023	Esquerda: 13 contra e nenhum a favor. Direita: 22 a favor e 4 contra.
Teto de gastos (PEC 241)	Câmara, 2016	Esquerda: 8 contra e 1 a favor. Direita: 27 a favor e 3 contra.
Privatização da Cedae	Alerj, 2017	Placar de 41 a 28. Esquerda: 82% contra. Direita: 75% a favor.
B. Votações em que os blocos convergem		
Royalties do petróleo	Câmara, 2012	Bancada fluminense unânime: 39 a 0. No conjunto do país o voto seguiu o eixo ideológico, com 65% da direita a favor.
Orçamento impositivo (PEC 61)	Alerj, 2019	Placar de 68 a 0, do PSOL ao PSL.
Impeachment de Wilson Witzel	Alerj, 2020	Placar de 69 a 0, reunindo a esquerda e os parlamentares bolsonaristas.

Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ a partir dos registros de votação nominal da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A seleção reúne matérias cujo placar nominal está disponível e tem caráter ilustrativo, sem constituir amostra do conjunto das proposições apreciadas no período.

No primeiro grupo, a divisão dos votos acompanha as posições atribuídas às legendas na escala. Na votação do marco temporal das terras indígenas, em 2023, os deputados federais fluminenses classificados no campo da esquerda votaram contra sem exceção, enquanto o campo da direita se dividiu entre 22 votos favoráveis e 4 contrários. Na PEC 241, em 2016, a proporção foi semelhante nos dois campos. Na privatização da Cedae, apreciada na Assembleia Legislativa em 2017, 82% da esquerda votou contra e 75% da direita votou a favor. Nas três matérias, a classificação das siglas antecipa a direção do voto da maior parte dos parlamentares.

No segundo grupo, o placar é unânime ou quase unânime e reúne parlamentares situados nas posições terminais do eixo. Na votação sobre a distribuição dos royalties do petróleo, em 2012, a bancada fluminense votou contra em bloco, ainda que no conjunto do país o voto tenha seguido o alinhamento ideológico, com 65% da direita favorável à matéria. Na PEC 61, que instituiu o orçamento impositivo na Assembleia Legislativa em 2019, e no processo de impeachment de Wilson Witzel, em 2020, os placares reuniram desde o PSOL até o PSL.

As três matérias do segundo grupo compartilham duas características. A primeira é o interesse comum na distribuição de recursos para o território e no fortalecimento das prerrogativas do Legislativo, presente na votação dos royalties e na do orçamento impositivo. A segunda é o isolamento político do chefe do Executivo estadual, presente no processo de impeachment. Nas matérias em que nenhuma dessas condições se verifica, a divisão dos votos acompanha o eixo ideológico.

Esse resultado delimita o alcance descritivo da classificação empregada neste relatório. A posição atribuída às legendas organiza o comportamento parlamentar nas matérias de conteúdo programático, e perde capacidade de discriminação nas matérias que envolvem a distribuição de recursos para o estado, as prerrogativas institucionais da casa ou a relação com o governador. A composição ideológica descrita na Seção 4 informa, portanto, sobre um plano do comportamento legislativo, e sua leitura demanda o complemento oferecido pelo exame das votações nominais.

As eleições de 2026: composição das bancadas e comparação com 2022

Esta seção e a seguinte estendem a análise às eleições de 2026, que definiram a composição da Assembleia Legislativa e da bancada fluminense na Câmara dos Deputados para a legislatura de 2027 a 2031. Os resultados têm caráter preliminar: foram sistematizados a partir das listas de eleitos divulgadas pelo G1, consultadas nas republicações do SINFRERJ e da Folha1, e conferidos nominalmente com as listas publicadas pelo Diário do Rio, pela CNN Brasil e pela Itatiaia, aguardando-se a disponibilização das bases oficiais do TSE para consolidação. Aplicam-se a 2026 os mesmos critérios de classificação descritos na Seção 3, inclusive a regra de contagem pelo partido de filiação individual nas federações e o valor atribuído ao PRD.

A seção está organizada em quatro partes. A primeira descreve a composição ideológica das bancadas eleitas e a compara com a de 2022. A segunda apresenta o saldo de cadeiras por partido entre as duas eleições. A terceira situa a variação da bancada federal fluminense em relação ao conjunto da Câmara. A quarta examina a concentração territorial da votação de cinco deputados federais com base eleitoral fora da capital.

7.1 Composição ideológica das bancadas eleitas em 2026

Em 2026, o bloco de direita reúne 51 das 70 cadeiras da Assembleia Legislativa (72,9%) e 33 das 46 cadeiras da bancada federal (71,7%); o bloco de esquerda reúne 19 (27,1%) e 13 (28,3%), respectivamente; e a categoria centro, como em 2022, não elege representantes em nenhuma das duas casas (Tabelas 2 e 6). Em relação a 2022, o bloco de esquerda passa de 24,3% para 27,1% na Assembleia Legislativa e mantém 28,3% na bancada federal, e o bloco de direita recua na mesma proporção no nível estadual.

No interior do bloco de direita, a extrema-direita, que reúne PL e União Brasil, passa de 37,1% para 35,7% das cadeiras estaduais e de 37,0% para 34,8% das federais, enquanto a categoria direita sobe de 30,0% para 34,3% e de 30,4% para 34,8%. A centro-direita reduz-se de seis para duas cadeiras na Assembleia Legislativa e de duas para uma na bancada federal. No bloco de esquerda, a categoria esquerda, formada por PT e PCdoB, passa de 8 para 10 cadeiras estaduais e de 6 para 8 federais. A soma das categorias extremas permanece em patamar próximo ao de 2022: 42,9% na Assembleia Legislativa e 43,5% na bancada federal, contra 44,2% e 47,9% na eleição anterior.

Tabela 6 — Distribuição das cadeiras por categoria ideológica, Alerj e bancada do RJ na Câmara, 2022 e 2026

Categoria	Alerj 2022	Alerj 2026	Câmara (RJ) 2022	Câmara (RJ) 2026
Extrema-esquerda	5 (7,1%)	5 (7,1%)	5 (10,9%)	4 (8,7%)
Esquerda	8 (11,4%)	10 (14,3%)	6 (13,0%)	8 (17,4%)
Centro-esquerda	4 (5,7%)	4 (5,7%)	2 (4,3%)	1 (2,2%)
Centro	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Centro-direita	6 (8,6%)	2 (2,9%)	2 (4,3%)	1 (2,2%)
Direita	21 (30,0%)	24 (34,3%)	14 (30,4%)	16 (34,8%)
Extrema-direita	26 (37,1%)	25 (35,7%)	17 (37,0%)	16 (34,8%)
Total	70 (100,0%)	70 (100,0%)	46 (100,0%)	46 (100,0%)

Fonte: elaboração do Lappcom/UFRJ a partir das listas de eleitos de 2022 e 2026, segundo os critérios da Seção 3. Resultados de 2026 preliminares.

7.2 Comparação com 2022: saldo de cadeiras por partido

As tabelas a seguir comparam o número de deputados eleitos por partido em 2022 e em 2026. O saldo corresponde à diferença entre as duas eleições (2026 menos 2022). Os deputados são contabilizados pelo partido de filiação no momento da eleição, independentemente da federação, de modo que partidos extintos depois de 2022 aparecem com saldo negativo e sem cadeiras em 2026. As contagens de 2022 e de 2026 foram conferidas nominalmente, deputado a deputado.

Tabela 7 — Alerj — deputados estaduais eleitos por partido, 2022 e 2026

Partido	2022	2026	Saldo
PL	17	21	+4
PT	7	9	+2
PSD	6	9	+3
PSOL	5	5	0
PP	4	5	+1
União Brasil	8	4	-4
Republicanos	3	3	0
Solidariedade	3	2	-1
MDB	2	2	0
PDT	2	2	0
PSB	2	2	0
PCdoB	1	1	0
Agir	1	1	0
Novo	0	1	+1
PSDB	0	1	+1
PRD	0	1	+1
DC	0	1	+1
PROS	2	0	-2
Podemos	2	0	-2
PTB	1	0	-1
Avante	1	0	-1
Patriota	1	0	-1
PSC	1	0	-1
PMN	1	0	-1
Total	70	70	—

Tabela 8 — Câmara dos Deputados — bancada do RJ por partido, 2022 e 2026

Partido	2022	2026	Saldo
PL	11	15	+4
PT	5	6	+1
PSD	4	4	0
PSOL	5	4	-1
PP	3	5	+2
União Brasil	6	1	-5
PSDB	0	4	+4
PCdoB	1	2	+1
Republicanos	3	1	-2
MDB	2	1	-1
Solidariedade	1	1	0
PDT	1	1	0
Novo	0	1	+1
PSB	1	0	-1
PROS	1	0	-1
PTB	1	0	-1
Podemos	1	0	-1
Total	46	46	—

Fusões, incorporações e federações: Parte dos saldos negativos decorre da reorganização do sistema partidário entre as duas eleições. O PROS foi incorporado pelo Solidariedade; considerados em conjunto, os dois partidos passam de 5 para 2 cadeiras na Alerj (-3) e de 2 para 1 na Câmara (-1). PTB e Patriota fundiram-se no PRD; na Alerj, a soma passa de 2 para 1 cadeira (-1), e na Câmara o PTB tinha uma cadeira, sem correspondente do PRD em 2026 (-1). O PSC foi incorporado pelo Podemos, e o conjunto passa de 3 cadeiras para nenhuma na Alerj. Agregadas pelas federações vigentes em 2026, União Brasil e PP passam de 12 para 9 cadeiras na Alerj e de 9 para 6 na Câmara (-3 em ambas as casas), enquanto PT, PCdoB e PV passam de 8 para 10 na Alerj e de 6 para 8 na Câmara (+2 em ambas).

Principais resultados: Em primeiro lugar, a representação partidária torna-se mais concentrada. O número de partidos com cadeira cai de 20 para 17 na Alerj e de 15 para 13 na bancada federal. O número efetivo de partidos (Laakso-Taagepera)¹, calculado a partir das tabelas acima, cai de 9,35 para 7,00 na Alerj e de 8,40 para 6,15 na Câmara. Na Alerj, sete partidos representados em 2022 ficam sem cadeira em 2026, somando 11 cadeiras, e quatro partidos entram com uma cadeira cada (Novo, PSDB, PRD e DC).

1 O número efetivo de partidos segue a fórmula de Laakso e Taagepera ($1 \div \sum p^2$, em que p é a proporção de cadeiras de cada partido), calculada por partido de filiação.

Em segundo lugar, o PL registra o maior crescimento nas duas casas, com quatro cadeiras a mais em cada uma, e passa a ocupar 30,0% da Alerj e 32,6% da bancada federal fluminense. No mesmo intervalo, o União Brasil perde quatro cadeiras na Alerj e cinco na Câmara. Na Alerj, a soma de PL e União Brasil é de 25 cadeiras tanto em 2022 quanto em 2026, padrão compatível com uma redistribuição de cadeiras entre os dois partidos, a ser verificada pela trajetória partidária individual dos eleitos.

Em terceiro lugar, o PSD tem o segundo maior crescimento na Alerj (+3) e mantém quatro cadeiras na Câmara. Na bancada federal, o PSDB passa de nenhuma para quatro cadeiras, ganho absoluto igual ao do PL.

O crescimento do PSDB na Câmara resulta, em grande parte, de migrações ocorridas durante a legislatura. Em 2022, o partido não elegeu deputados federais pelo Rio de Janeiro, o que não ocorria desde sua fundação. Três dos quatro eleitos em 2026 exerciam mandato obtido em 2022 por outras legendas: Luciano Vieira, eleito pelo PL, transferiu-se para o Republicanos e filiou-se ao PSDB em outubro de 2025, assumindo em seguida a presidência estadual do partido; Marcelo Queiroz, eleito pelo PP, filiou-se ao PSDB em 2025, após a formação da federação entre PP e União Brasil; Juninho do Pneu, eleito pelo União Brasil, filiou-se ao PSDB na janela partidária de 2026. A quarta eleita, Talita Galhardo, chega à Câmara a partir do mandato de vereadora do Rio, obtido pelo PSDB em 2024, e foi subprefeita de Jacarepaguá na gestão de Eduardo Paes. Assim, o saldo de +4 do PSDB corresponde a três cadeiras deslocadas de PL, PP e União Brasil e a uma cadeira nova. O ato de filiação de Luciano Vieira, em São João de Meriti, contou com a presença de Cláudio Castro e de Eduardo Paes.

Em quarto lugar, a federação PT/PCdoB/PV ganha duas cadeiras em cada casa. O PSOL mantém cinco cadeiras na Alerj e perde uma na Câmara, e o PSB perde sua cadeira federal. Considerada a classificação ideológica adotada neste relatório, o bloco de esquerda passa de 17 para 19 cadeiras na Alerj e permanece com 13 cadeiras na bancada federal.

7.3 A bancada fluminense e a composição nacional da Câmara

A Tabela 9 compara a variação do número de cadeiras por partido na bancada do Rio de Janeiro com a variação observada no conjunto da Câmara dos Deputados, entre as eleições de 2022 e de 2026. A última coluna indica se a variação no estado acompanha a variação nacional, segue sentido oposto ou não tem correspondência no estado.

Tabela 9 — Câmara dos Deputados — saldo por partido na bancada do ERJ e no total nacional, 2022 e 2026

Partido	ERJ 2022	ERJ 2026	Saldo ERJ	Brasil 2022	Brasil 2026	Saldo Brasil	Sentido
PL	11	15	+4	99	121	+22	Mesmo sentido (alta)
PT	5	6	+1	68	70	+2	Mesmo sentido (alta)
PCdoB	1	2	+1	6	11	+5	Mesmo sentido (alta)
Novo	0	1	+1	3	10	+7	Mesmo sentido (alta)
União Brasil	6	1	-5	59	46	-13	Mesmo sentido (queda)
MDB	2	1	-1	42	36	-6	Mesmo sentido (queda)
PROS *	1	0	-1	3	0	-3	Mesmo sentido (queda)
PTB *	1	0	-1	1	0	-1	Mesmo sentido (queda)
PSDB	0	4	+4	13	11	-2	Sentido oposto
PP	3	5	+2	47	41	-6	Sentido oposto
Podemos	1	0	-1	12	27	+15	Sentido oposto
PSOL	5	4	-1	12	14	+2	Sentido oposto
PSB	1	0	-1	14	15	+1	Sentido oposto
Republicanos	3	1	-2	41	41	0	Queda apenas no ERJ
PSD	4	4	0	42	43	+1	Estável no ERJ
PDT	1	1	0	17	6	-11	Estável no ERJ
Solidariedade	1	1	0	4	2	-2	Estável no ERJ
PRD *	0	0	0	0	5	+5	Sem cadeira no ERJ
PV	0	0	0	6	7	+1	Sem cadeira no ERJ
Avante	0	0	0	7	5	-2	Sem cadeira no ERJ
Missão	0	0	0	0	1	+1	Sem cadeira no ERJ
Rede	0	0	0	2	1	-1	Sem cadeira no ERJ
Cidadania	0	0	0	5	0	-5	Sem cadeira no ERJ
PSC *	0	0	0	6	0	-6	Sem cadeira no ERJ
Patriota *	0	0	0	4	0	-4	Sem cadeira no ERJ
Total	46	46	—	513	513	—	

* Partidos fundidos ou incorporados após 2022: PROS ao Solidariedade; PTB e Patriota ao PRD; PSC ao Podemos.

Na Tabela 9, os números nacionais de 2026 seguem a composição divulgada pela Exame com base nos resultados de 4 de outubro; os de 2022 seguem Exame e Gazeta do Povo. A divisão entre PSOL (12) e Rede (2) em 2022 deve ser conferida no TSE; a federação totalizou 14 cadeiras. Algumas fontes registram 40 cadeiras para o Republicanos e 81 para a federação do PT em 2022, conforme a retotalização considerada.

O Rio de Janeiro acentua os movimentos nacionais do PL e do União Brasil. O estado detém 9,0% das cadeiras da Câmara, mas responde por 18% do ganho nacional do PL (4 de 22 cadeiras) e por 38% da perda nacional do União Brasil (5 de 13 cadeiras). A participação do PL na bancada fluminense (32,6%) supera em nove pontos percentuais sua participação no conjunto da Câmara (23,6%).

Cinco partidos variam no estado em sentido oposto ao nacional. PSDB e PP crescem no Rio de Janeiro e perdem cadeiras no país. Podemos, PSOL e PSB crescem no país e perdem uma cadeira cada na bancada fluminense. O caso do Podemos é o de maior amplitude: o partido passa de 12 para 27 deputados no país, em parte pela incorporação do PSC, e perde sua única cadeira no estado.

PSDB: O PSDB elegeu 13 deputados federais em 2022 e 11 em 2026. Após a janela partidária de abril de 2026, a bancada do partido havia chegado a 18 deputados, e a meta declarada pela direção era eleger ao menos 30. Como o partido não elegeu deputados pelo Rio de Janeiro em 2022, sua bancada fora do estado passa de 13 para 7 cadeiras, e os quatro eleitos fluminenses correspondem a mais de um terço da bancada nacional. O Rio de Janeiro passa a ser, assim, a maior bancada estadual do PSDB. Ainda assim, o resultado no estado fica abaixo do que o partido já detinha: dos sete deputados federais fluminenses filiados ao PSDB após a janela, três foram reeleitos (Luciano Vieira, Juninho do Pneu e Marcelo Queiroz), e Caio Viana, Marcos Soares, Murillo Gouvea e Ricardo Abrão não constam da lista de eleitos. O Cidadania, parceiro de federação, perdeu os cinco deputados que havia eleito em 2022.

União Brasil: O União Brasil passa de 59 deputados eleitos em 2022 para 46 em 2026, redução de 13 cadeiras (22%), e sua participação na Câmara cai de 11,5% para 9,0%. Em relação à bancada que o partido possuía às vésperas da eleição, a perda é de seis cadeiras, o que indica que parte da redução ocorreu ao longo da legislatura, por migrações. Fora do Rio de Janeiro, o partido passa de 53 para 45 cadeiras. O PP, parceiro na federação União Progressista, passa de 47 para 41 cadeiras no país e de 3 para 5 no estado; somados, os dois partidos passam de 106 para 87 cadeiras na Câmara e de 9 para 6 na bancada fluminense. No estado, portanto, parte da perda do União Brasil foi compensada pelo PP no interior da federação.

A federação PT/PCdoB/PV cresce no estado e no país, passando de 6 para 8 cadeiras na bancada fluminense e de 80 para 88 na Câmara. O Republicanos perde duas de suas três cadeiras no Rio de Janeiro e mantém 41 deputados no país. O PDT segue o percurso inverso: mantém sua cadeira no estado e passa de 17 para 6 deputados no país.

Perfil dos eleitos: gênero e reeleição

Esta seção compara as eleições de 2018, 2022 e 2026 quanto à reeleição dos deputados e à composição por gênero, na Alerj e na bancada fluminense na Câmara, e situa os resultados do estado em relação ao conjunto da Câmara. Dois tipos de dado são utilizados. As taxas de reeleição, que dependem do número de deputados que disputaram a reeleição, provêm de levantamentos da imprensa e da Agência Câmara, indicados nas fontes. A permanência entre eleições consecutivas e as contagens por gênero foram calculadas a partir do cruzamento das listas nominais de eleitos de 2018, 2022 e 2026.

8.1 Reeleição e renovação no Rio de Janeiro

A taxa de reeleição corresponde à proporção de reeleitos entre os deputados que disputaram a reeleição. As duas casas seguem trajetórias opostas entre 2022 e 2026. Na Alerj, a taxa de reeleição passa de 69,1% (38 reeleitos entre 55 candidatos) para cerca de 71% (42 ou 43 reeleitos entre 59 ou 60 candidatos), e a renovação cai de 45,7% para um intervalo entre 37% e 40%, prolongando a queda observada desde 2018, quando a renovação foi de 51%. Na bancada federal, o número de reeleitos cai de 25 para 21, e a renovação sobe de 45,7% para 54,3%. Em 2026, 36 dos 46 deputados federais disputaram a reeleição, e a taxa de reeleição foi de 58,3%, cerca de 13 pontos percentuais abaixo da Alerj. O número de deputados federais fluminenses que disputaram a reeleição em 2022 não foi localizado nas fontes consultadas.

Tabela 11 — Reeleição e renovação, Alerj e bancada do RJ na Câmara, 2022 e 2026

Indicador	Alerj 2022	Alerj 2026	Câmara (RJ) 2022	Câmara (RJ) 2026
Candidatos à reeleição	55	59 a 60	[a levantar]	36
Reeleitos	38	42 a 43	25	21
Não reeleitos	17	17	[a levantar]	15
Taxa de reeleição (reeleitos ÷ candidatos)	69,1%	71,2% a 71,7%	[a levantar]	58,3%
Eleitos sem mandato na legislatura anterior	32	26 a 28	21	25
Taxa de renovação	45,7%	37,1% a 40,0%	45,7%	54,3%

Os intervalos de 2026 na Alerj refletem diferenças entre as fontes quanto à contagem de suplentes que exerceram mandato e de ex-deputados que retornam à Casa. Na Câmara, o número de eleitos sem mandato na legislatura anterior em 2022 foi obtido por diferença em relação aos 25 reeleitos.

O cruzamento das listas de eleitos permite comparar as duas transições sob o mesmo critério: a proporção dos eleitos em uma eleição que voltam a ser eleitos na seguinte para a mesma casa (Tabela 14). Na Alerj, a permanência sobe de 51,4% (36 dos 70 eleitos em 2018 voltam a ser eleitos em 2022)

para 55,7% (39 dos 70 eleitos em 2022 voltam em 2026). Na bancada federal, a permanência é a mesma nas duas transições: 21 dos 46 eleitos (45,7%). Por esse critério, que exclui suplentes e inclui no denominador os deputados que não disputaram a reeleição, a bancada federal fluminense renova-se mais do que a Alerj nos dois períodos. A diferença em relação aos 25 reeleitos informados para 2022 decorre, provavelmente, de suplentes que exerceram mandato na legislatura 2019–2023 e foram eleitos em 2022, como Jorge Braz e Marcos Soares.

Na bancada federal, deixam a Câmara em 2026, entre outros, Hugo Leal (PSD), Rosângela Gomes (Republicanos), Otoni de Paula (PSD), Reimont (PT), Dimas Gadelha (PT), Eduardo Bandeira de Mello, Sargento Portugal (Podemos) e Murillo Gouvêa (PSDB), além de Tarcísio Motta e Chico Alencar (PSOL). Segundo levantamento do Agenda do Poder de agosto de 2026, deputados como Pedro Paulo, Marcelo Crivella, Benedita da Silva e Carlos Jordy disputariam o Senado e, por isso, não entrariam no cálculo da taxa de reeleição; a base do TSE utilizada na Seção 8.5 registra, contudo, Benedita da Silva e Carlos Jordy como candidatos a deputado federal em 2026, o que indica alteração posterior dessas candidaturas, a ser verificada. Na Alerj, ao menos nove dos novos deputados têm vínculos familiares com outros políticos, como Léo Vieira Filho, filho do prefeito de São João de Meriti, o que indica que parte da renovação ocorre no interior das mesmas famílias políticas.

8.2 Gênero

A presença feminina cresce de forma contínua na Alerj, que passa de 12 deputadas em 2018 para 15 em 2022 e 16 em 2026 (de 17,1% para 22,9% das cadeiras). Na bancada federal fluminense, o número de deputadas oscila: 10 em 2018, 9 em 2022 e 10 em 2026, o que corresponde a 21,7% das cadeiras no primeiro e no último anos. No conjunto da Câmara, o crescimento é mais acentuado, de 77 deputadas em 2018 (15,0%) para 91 em 2022 (17,7%) e 108 ou 109 em 2026 (cerca de 21%). Com isso, a vantagem relativa da bancada fluminense em relação à média nacional, de quase sete pontos percentuais em 2018, praticamente desaparece em 2026.

Tabela 12 — Mulheres eleitas — Alerj, bancada do RJ e total da Câmara, 2018, 2022 e 2026

Casa	2018	2022	2026
Alerj (70)	12 (17,1%)	15 (21,4%)	16 (22,9%)
Câmara — bancada do RJ (46)	10 (21,7%)	9 (19,6%)	10 (21,7%)
Câmara — total nacional (513)	77 (15,0%)	91 (17,7%)	108 a 109 (21,1% a 21,2%)

A distribuição das deputadas entre os blocos ideológicos é desigual. Na Alerj, o bloco de esquerda reúne 9 das 16 deputadas eleitas em 2026, embora detenha 19 das 70 cadeiras. As mulheres correspondem a 47,4% do bloco de esquerda e a 13,7% do bloco de direita. Em 2022, essas proporções eram de 52,9% e 11,3%. Na bancada federal, a diferença é menor: as mulheres correspondem a 30,8% do bloco de esquerda e a 18,2% do bloco de direita em 2026, contra 23,1% e 18,2% em 2022.

O PL elege cinco das dez deputadas federais fluminenses (Soraya Santos, Dani Cunha, Chris Tonietto, Manoela Peres e Júlia de Castro), o que faz do partido, em números absolutos, a principal origem da representação feminina do estado na Câmara.

Tabela 13 — Mulheres por bloco ideológico, Alerj e bancada do RJ na Câmara, 2022 e 2026

Casa e ano	Bloco de esquerda: mulheres / cadeiras	Bloco de direita: mulheres / cadeiras
Alerj 2022	9 / 17 (52,9%)	6 / 53 (11,3%)
Alerj 2026	9 / 19 (47,4%)	7 / 51 (13,7%)
Câmara (RJ) 2022	3 / 13 (23,1%)	6 / 33 (18,2%)
Câmara (RJ) 2026	4 / 13 (30,8%)	6 / 33 (18,2%)

8.3 Gênero e reeleição

Nas quatro comparações disponíveis, a proporção de eleitas que voltam a ser eleitas na eleição seguinte supera a dos homens (Tabela 14). Na Alerj, a diferença se amplia: as mulheres passam de 58,3% para 73,3%, enquanto os homens se mantêm em torno de 50%. Na bancada federal, a permanência das mulheres é de 70,0% entre 2018 e 2022 e de 55,6% entre 2022 e 2026, contra 38,9% e 43,2% entre os homens. Como o número de deputadas é pequeno, cada caso altera essas proporções em vários pontos percentuais. A estabilidade do número de deputadas no estado resulta, assim, da combinação entre maior permanência das mulheres já eleitas e entrada limitada de novas deputadas. Em 2026, as estreantes correspondem a cerca de um quinto dos novos deputados nas duas casas: cinco na Alerj (Dra. Gabriela, Fernanda Neves, Luciana Boiteux, Ana Paula Mendes e Joyce Trindade) e cinco na bancada federal (Manoela Peres, Júlia de Castro, Anielle Franco, Nísia Trindade e Talita Galhardo).

Tabela 14 — Eleitos que voltam a ser eleitos na eleição seguinte, por gênero, Alerj e bancada do RJ na Câmara

Casa	Período	Total	Mulheres	Homens
Alerj	2018 → 2022	36 de 70 (51,4%)	7 de 12 (58,3%)	29 de 58 (50,0%)
Alerj	2022 → 2026	39 de 70 (55,7%)	11 de 15 (73,3%)	28 de 55 (50,9%)
Câmara (RJ)	2018 → 2022	21 de 46 (45,7%)	7 de 10 (70,0%)	14 de 36 (38,9%)
Câmara (RJ)	2022 → 2026	21 de 46 (45,7%)	5 de 9 (55,6%)	16 de 37 (43,2%)

Cálculo a partir das listas nominais de eleitos. O denominador inclui todos os eleitos da eleição anterior, inclusive os que não disputaram a reeleição ou disputaram outros cargos, e não inclui suplentes que exerceram mandato. A lista de 2018 da Alerj corresponde ao resultado divulgado na noite da eleição; a retotalização posterior alterou a composição, com a entrada de Renan Ferreirinha e Chico Machado, e, considerando Chico Machado, reeleito em 2022, a permanência 2018–2022 passa a 37 de 70.

8.4 Comparação com o total nacional

No conjunto da Câmara, a taxa de reeleição sobe de 64,1% em 2022 (286 reeleitos entre 446 candidatos) para 67,7% em 2026 (296 reeleitos entre 437 candidatos), e os reeleitos passam a ocupar entre 57,7% e 58,7% das cadeiras, contra 48,9% em 2018. A bancada fluminense se afasta dessa tendência: sua taxa de reeleição em 2026 (58,3%) fica cerca de nove pontos percentuais abaixo da média nacional, e a proporção de reeleitos na bancada (45,7%) é inferior à observada no conjunto da Câmara. A Alerj, com taxa de reeleição próxima de 71%, situa-se acima da média da Câmara. Quanto ao gênero, em 2022, 36 das 91 deputadas eleitas no país haviam sido reeleitas (39,6%), e 54 chegavam à Câmara pela primeira vez; na bancada fluminense de 2026, cinco das dez deputadas são reeleitas.

Tabela 15 — Reeleição, renovação e gênero na Câmara dos Deputados — total nacional, 2018, 2022 e 2026

Indicador (Câmara, total nacional)	2018	2022	2026
Candidatos à reeleição	—	446	437
Reeleitos	251	286 a 287	296 a 301
Taxa de reeleição (reeleitos ÷ candidatos)	—	64,1%	67,7%
Reeleitos como proporção das 513 cadeiras	48,9%	55,8% a 55,9%	57,7% a 58,7%
Taxa de renovação	—	44,2%	35,7% a 42,3%
Mulheres eleitas	77 (15,0%)	91 (17,7%)	108 a 109 (21,1% a 21,2%)
Reeleitas entre as mulheres eleitas	—	36 de 91 (39,6%)	[a levantar]

Os intervalos refletem diferenças entre as fontes quanto à inclusão de suplentes e de ex-deputados que retornam à Casa. A taxa de renovação de 2026 é de 35,7% quando calculada sobre os deputados de primeiro mandato e de 42,3% quando calculada sobre os não reeleitos.

8.5 Reeleição nos dois maiores partidos da direita e nos dois maiores da esquerda em 2022

Para examinar a reeleição segundo o partido, o gênero e a troca de legenda, utilizou-se uma base construída pelo Lappcom a partir dos dados do TSE, que reúne os deputados federais eleitos em 2022 por PL, PT, União Brasil e PSOL que concorreram a deputado federal em 2026, com o partido de filiação em cada eleição (215 deputados, dos quais 23 do Rio de Janeiro). Como a base do TSE não informa o CPF dos candidatos, a identificação entre as duas eleições foi feita pelo nome completo e pela unidade da federação, a fim de controlar a ocorrência de homônimos. Esse critério exclui da base os deputados que concorreram em 2026 por estado diferente daquele em que foram eleitos em 2022. O resultado de cada deputado foi verificado nas listas de eleitos de 2026 de cada estado.

No país, 138 dos 215 deputados foram reeleitos, o que corresponde a uma taxa de 64,2%, próxima da taxa de reeleição do conjunto da Câmara (67,7%). PL e PT apresentam taxas semelhantes (67,0% e 66,1%); o União Brasil fica em 59,6%, e o PSOL, em 53,8%. Sete deputados da base foram noticiados pela imprensa como candidatos ao Senado (Bia Kicis e Erika Kokay, no Distrito Federal; Gustavo Gayer, em Goiás; Mendonça Filho, em Pernambuco; Paulo Pimenta, no Rio Grande do Sul; Carlos Jordy e Benedita da Silva, no Rio de Janeiro). Como a base do TSE os registra como candida-

tos a deputado federal, a situação dessas candidaturas deve ser verificada; a Tabela 16 apresenta, por isso, também as taxas calculadas sem esses casos, que elevam o total a 66,3%. No Rio de Janeiro, a taxa dos quatro partidos é de 56,5% (13 de 23), inferior à nacional, e a diferença entre os partidos é mais acentuada: o PL reelege 7 de seus 9 candidatos, enquanto o PT reelege 1 de 4 (Lindbergh Farias) e o União Brasil, 2 de 5 (Dani Cunha, já pelo PL, e Juninho do Pneu, pelo PSDB).

Tabela 16 — Reeleição dos deputados federais eleitos em 2022 por PL, PT, União Brasil e PSOL, por partido de origem — Brasil e Rio de Janeiro, 2026

Partido em 2022	Brasil — base completa	Brasil — excluídos 7 casos a verificar	Rio de Janeiro
PL	59 de 88 (67,0%)	59 de 85 (69,4%)	7 de 9 (77,8%)
PT	41 de 62 (66,1%)	41 de 59 (69,5%)	1 de 4 (25,0%)
União Brasil	31 de 52 (59,6%)	31 de 51 (60,8%)	2 de 5 (40,0%)
PSOL	7 de 13 (53,8%)	7 de 13 (53,8%)	3 de 5 (60,0%)
Total	138 de 215 (64,2%)	138 de 208 (66,3%)	13 de 23 (56,5%)

Nessa base, a taxa de reeleição das mulheres supera a dos homens: 71,1% contra 62,4% na base completa e 76,2% contra 63,9% quando excluídos os sete casos a verificar. A diferença aparece no PT (76,5% contra 62,2%), no União Brasil (71,4% contra 57,8%) e no PSOL (5 de 7 contra 2 de 6); no PL, as taxas de mulheres e homens são próximas (64,3% e 67,6% na base completa). No Rio de Janeiro, quatro das seis deputadas foram reeleitas (Chris Tonietto, Soraya Santos, Talíria Petrone e Dani Cunha), contra 9 dos 17 deputados. O resultado é compatível com o padrão observado no cruzamento das listas de eleitos, em que as deputadas fluminenses apresentam maior permanência do que os deputados (Tabela 14).

A troca de partido está associada a menor taxa de reeleição. No país, os deputados que mantiveram o partido de 2022 foram reeleitos em 70,7% dos casos, contra 41,7% dos que trocaram de legenda. A diferença se concentra nos partidos que mais perderam quadros: no União Brasil, metade dos 52 deputados mudou de partido, e a taxa de reeleição foi de 76,9% entre os que permaneceram e de 42,3% entre os que saíram; no PL, os 20 deputados que deixaram o partido tiveram taxa de 45,0%, contra 73,5% dos que ficaram. No Rio de Janeiro, a diferença não se reproduz: quatro dos sete deputados que trocaram de partido foram reeleitos (Luciano Vieira e Juninho do Pneu, pelo PSDB; Luiz Lima, pelo Novo; e Dani Cunha, pelo PL), proporção semelhante à dos que mantiveram a legenda (9 de 16).

Tabela 17 — Reeleição dos deputados federais eleitos em 2022 por PL, PT, União Brasil e PSOL, por gênero e troca de partido — Brasil e Rio de Janeiro, 2026

Categoria	Brasil — base completa	Brasil — excluídos 7 casos a verificar	Rio de Janeiro
Mulheres	32 de 45 (71,1%)	32 de 42 (76,2%)	4 de 6 (66,7%)
Homens	106 de 170 (62,4%)	106 de 166 (63,9%)	9 de 17 (52,9%)
Mantiveram o partido de 2022	118 de 167 (70,7%)	118 de 161 (73,3%)	9 de 16 (56,2%)
Trocaram de partido	20 de 48 (41,7%)	20 de 47 (42,6%)	4 de 7 (57,1%)

Base: deputados federais eleitos em 2022 por PL, PT, União Brasil e PSOL que concorreram a deputado federal em 2026, segundo os dados do TSE (base elaborada pelo Lappcom). A correspondência entre 2022 e 2026 foi feita pelo nome completo e pela UF, o que controla homônimos, mas exclui os deputados que concorreram por outro estado. Reeleito corresponde a eleito deputado federal em 2026 pelo mesmo estado, conforme as listas de eleitos de cada estado (CNN Brasil e Gazeta do Povo, conferidas com uma segunda fonte). A coluna central exclui sete deputados noticiados como candidatos ao Senado, cuja situação deve ser verificada. No Rio de Janeiro, a base não inclui os deputados de outros partidos, de modo que a taxa difere da apresentada na Tabela 11 (58,3%).

Conclusões

Os dados apresentados sustentam dez observações, enunciadas a seguir na ordem em que decorrem da descrição. As seis primeiras referem-se à série de 2002 a 2022; as quatro últimas, às eleições de 2026, examinadas nas Seções 7 e 8.

- (i) O predomínio do bloco de direita antecede o período recente. Em todas as seis eleições examinadas, esse bloco ocupa a maioria das cadeiras nas duas casas, com piso de 58,6% na Assembleia Legislativa e de 60,9% na bancada federal, ambos registrados em 2002. A alteração observada a partir de 2018 incide sobre a composição interna desse bloco, cujo tamanho relativo permanece estável.
- (ii) Essa recomposição interna é o achado de maior magnitude. Entre 2014 e 2022, a extrema-direita passa de 0,0% a 37,1% das cadeiras estaduais e de 2,2% a 37,0% das federais, enquanto a categoria direita recua de 62,9% a 30,0% e de 65,2% a 30,4%, respectivamente. O bloco conserva dimensão semelhante ao longo do período; o que se altera é a distribuição das cadeiras entre as posições que o compõem.
- (iii) O centro e a centro-esquerda perdem representação de forma continuada. A categoria centro chega a zero em 2022 nos dois níveis, e a centro-esquerda reduz-se a menos de um quarto do patamar que ocupava em 2002. As duas séries acompanham-se, o que indica que o esvaziamento das posições intermediárias opera de modo semelhante nas duas arenas.
- (iv) O bloco de esquerda não acompanha esse movimento com expansão própria. Sua participação em 2022 (24,3% na esfera estadual e 28,3% na federal) permanece abaixo do patamar de 2002 (35,7% e 37,0%), ainda que registre recuperação em relação a 2018. Essa recuperação concentra-se nas categorias extrema-esquerda e esquerda, com prosseguimento da queda da centro-esquerda.
- (v) As duas arenas apresentam trajetórias síncronas. A direção e a magnitude das variações são próximas na Assembleia Legislativa e na bancada federal em todas as eleições do período. Esse paralelismo sugere que os fatores associados ao deslocamento observado operam de modo semelhante nas duas disputas proporcionais, hipótese que demanda verificação com dados desagregados no nível municipal e regional.
- (vi) A classificação organiza o comportamento parlamentar de modo seletivo. Nas votações de conteúdo programático examinadas na Seção 6, a divisão dos votos acompanha as posições atribuídas às legendas. Nas matérias que envolvem a distribuição de recursos para o estado, as prerrogativas do Legislativo ou o isolamento do governador, os placares reúnem parlamentares situados nas posições terminais do eixo. A composição descrita nos Gráficos 1 a 4 informa, assim, sobre um plano determinado da atuação legislativa.

- (vii) Em 2026, a distribuição entre os blocos mantém-se próxima à de 2022. O bloco de direita reúne 72,9% das cadeiras da Assembleia Legislativa e 71,7% da bancada federal, o bloco de esquerda passa a 27,1% e mantém 28,3%, respectivamente, e o centro permanece sem representação. No interior do bloco de direita, a extrema-direita recua ligeiramente (de 37,1% para 35,7% e de 37,0% para 34,8%), e a categoria direita cresce na mesma medida.
- (viii) A representação partidária torna-se mais concentrada. O número efetivo de partidos cai de 9,35 para 7,00 na Assembleia Legislativa e de 8,40 para 6,15 na bancada federal, e o PL passa a ocupar 30,0% e 32,6% das cadeiras. O crescimento do PL é acompanhado pela redução do União Brasil, de modo que a soma das duas legendas na Assembleia Legislativa é a mesma nas duas eleições, o que é compatível com a redistribuição de cadeiras no interior da extrema-direita. Na bancada federal, o Rio de Janeiro acentua os movimentos nacionais do PL e do União Brasil e varia em sentido oposto ao nacional no caso de PSDB, PP, Podemos, PSOL e PSB; o crescimento do PSDB resulta, em grande parte, da migração de mandatos durante a legislatura.
- (ix) A votação dos deputados federais com base fora da capital apoia-se em três perfis territoriais: a votação distribuída, associada a cargos de gestão estadual; a votação concentrada no território de grupos familiares que controlam o Executivo municipal; e a votação concentrada e apoiada em recursos transferidos, por emendas ou pela transferência de votos de lideranças municipais. Quatro dos cinco deputados examinados pertencem a legendas do bloco municipalista, o que reforça a leitura apresentada na Seção 5.
- (x) A reeleição e a composição por gênero seguem padrões distintos nas duas casas. Na Assembleia Legislativa, a taxa de reeleição sobe de 69,1% para cerca de 71% e a renovação cai; na bancada federal, a taxa de reeleição de 2026 (58,3%) fica abaixo da média da Câmara (67,7%). As mulheres ocupam pouco mais de um quinto das cadeiras nas duas casas, com crescimento contínuo na Assembleia Legislativa e estabilidade na bancada federal, e apresentam, nas quatro transições examinadas, maior permanência do que os homens. Na base dos quatro maiores partidos de 2022, os deputados que trocaram de partido apresentam, no país, taxa de reeleição inferior à dos que mantiveram a legenda, diferença que não se reproduz no Rio de Janeiro.

Quatro ressalvas delimitam o alcance dessas observações. A primeira refere-se ao referente temporal da escala, já enunciada na introdução. A segunda refere-se aos ajustes descritos na nota metodológica: a atribuição do valor máximo da escala ao Partido Liberal responde por parcela expressiva da categoria extrema-direita em 2022, de modo que o crescimento registrado nessa categoria incorpora uma decisão de classificação, além da recomposição efetiva das cadeiras. A terceira refere-se à unidade de contagem, uma vez que a conversão de votos em cadeiras é mediada pela fórmula proporcional, pelo desempenho das coligações até 2018 e pelas federações partidárias a partir de 2022. A quarta ressalva é relativa às eleições de 2026: os resultados foram sistematizados a partir de listas de eleitos divulgadas pela imprensa e conferidas nominalmente, e as taxas de reeleição combinam levantamentos de diferentes fontes, de modo que os números das Seções 7 e 8 serão consolidados com as bases oficiais do TSE.

Desdobramentos

A descrição apresentada neste relatório constitui a etapa inicial de uma linha de trabalho mais ampla, cujos desenvolvimentos previstos são os seguintes. Em primeiro lugar, a desagregação dos resultados pelas dez regiões de planejamento do estado, de modo a verificar se o deslocamento observado se distribui de maneira homogênea pelo território fluminense ou se concentra em regiões determinadas. Em segundo lugar, o cruzamento da classificação das siglas com a votação nominal dos candidatos, que permitirá distinguir a recomposição das cadeiras dos deslocamentos na distribuição dos votos. Em terceiro lugar, a extensão do procedimento às câmaras municipais, nível em que o enraizamento territorial das siglas pode ser observado com maior precisão. Em quarto lugar, a consolidação dos resultados de 2026 com as bases do TSE, que permitirá calcular a taxa de reeleição por gênero com denominador restrito aos candidatos à reeleição, a taxa de reeleição federal de 2022 e o perfil etário dos eleitos. Por fim, a incorporação da classificação à plataforma CartPol, de modo a tornar o indicador disponível para consulta conjunta com as demais camadas de dados eleitorais reunidas pelo laboratório.

Referências

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, p. e20210164, 2023.

Fontes dos dados eleitorais e das informações sobre os eleitos (Seções 7 e 8)

Alerj — lista de eleitos do G1 republicada pelo SINFRERJ. <https://sinfrerj.com.br/conteudo/12081/deputados-estaduais-eleitos-no-rio-de-janeiro>

Câmara — lista de eleitos do G1 republicada pelo Folha1. <https://www.folha1.com.br/politica/2026/10/1319615-veja-como-fica-a-bancada-do-rj-na-camara-dos-deputados-pl-tem-15-das-46-cadeiras.html>

Alerj 2026 — lista de eleitos (Diário do Rio). <https://diariodorio.com/politica/2026/10/04/veja-os-70-deputados-estaduais-eleitos-pelo-rio-de-janeiro-em-2026.html>

Alerj 2026 — lista de eleitos por partido (CNN Brasil). <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/conheca-os-70-deputados-estaduais-eleitos-pelo-rio-de-janeiro-em-2026/>

Câmara 2026 — lista de eleitos (Diário do Rio). <https://diariodorio.com/politica/2026/10/04/veja-os-46-deputados-federais-eleitos-pelo-rio-de-janeiro-em-2026.html>

Câmara 2026 — lista de eleitos por partido (Itatiaia). <https://www.itatiaia.com.br/politica/eleicoes/veja-a-lista-de-46-deputados-federais-eleitos-pelo-rio-de-janeiro-em-2026/>

Alerj 2022 — lista de eleitos (Diário do Rio). <https://diariodorio.com/deputados-estaduais-eleitos-no-rio-de-janeiro-em-2022/>

Câmara 2022 — lista de eleitos (Gazeta do Povo). <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/rj/lista-deputados-federais-eleitos-rio-de-janeiro/>

PSDB — trajetória de Luciano Vieira (Diário do Rio, 21/10/2025). <https://diariodorio.com/luciano-vieira-vira-alvo-do-mp-eleitoral-por-troca-troca-de-partidos-no-rio>

PSDB — filiação de Luciano Vieira (Tempo Real, 25/10/2025). <https://temporealj.com/luciano-vieira-se-filia-ao-psdb-em-grande-festa-com-castro-e-paes/>

PSDB — Marcelo Queiroz e a federação PP-União (Agenda do Poder, 2025). <https://agendadopoder.com.br/com-a-federacao-entre-pp-e-uniao-marcelo-queiroz-pode-ingressar-no-psdb/>

PSDB — Juninho do Pneu deixa o União Progressista (Tempo Real, 04/04/2026). <https://temporealj.com/juninho-do-pneu-psdb-discordia-nova-iguacu/>

PSDB — candidatura de Talita Galhardo (Tempo Real, 22/05/2026). <https://temporealj.com/talita-galhardo-candidata-camara-federal/>

PSDB — reorganização no Rio (Brasil no Centro, 16/03/2026). <https://brasilnocentro.com.br/psdb-pode-filiar-6-federais-no-rio-e-planeja-superchapa-para-eleicoes-de-2026/>

Câmara 2026 — composição nacional por partido (Exame). <https://exame.com/brasil/pl-amplia-bancada-e-tera-121-deputados-veja-a-nova-composicao-da-camara/>

Câmara 2026 — tamanho das bancadas (CNN Brasil). <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/eleicoes-como-fica-o-tamanho-das-bancadas-partidarias-do-congresso/>

Câmara 2026 — PL terá a maior bancada (Rádio Senado). <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2026/10/05/pl-tera-a-maior-bancada-da-camara-dos-deputados>

Câmara 2022 — PSDB elege menos deputados (Gazeta do Povo). <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/psdb-elege-menos-deputados-clausula-de-barreira-preocupa/>

PSDB — bancada após a janela partidária (PSDB, 05/04/2026). <https://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/psdb-esta-entre-os-partidos-que-mais-cresceram-na-camara-durante-a-janela-partidaria/>

Redutos — recordistas de votos para deputado federal (Agenda do Poder). <https://agendadopoder.com.br/recordistas-de-votos-para-deputado-federal-no-estado-do-rio-cultivam-solidos-redutos-eleitorais/>

Redutos — Rueda concentra 60% dos votos em Belford Roxo (Agenda do Poder). <https://agendadopoder.com.br/rueda-concentra-60-dos-votos-em-belford-roxo-reduto-de-canella/>

Redutos — Canella e Rueda eleitos (Belford Roxo 24h). <https://belfordroxo24h.com/marcio-canella-rueda-eleitos-rj-2026/>

Redutos — Luciano Vieira eleito (Jornal Destaque Baixada). <https://www.jornaldestaquebaixada.com/2026/10/luciano-vieira-e-eleito-deputado.html>

Emendas — Luciano Vieira em São João de Meriti (Monitor Mercantil, 04/01/2024). <https://monitormercantil.com.br/emenda-libera-verba-para-a-saude-em-sao-joao-de-meriti/>

Emendas — Altineu Côrtes em São Gonçalo (Folha PE, 10/02/2026). <https://www.folhape.com.br/politica/emendas-de-altineu-abastecem-empresas-acusadas-de-superfaturamento-e/466948/>

Emendas — PL destina R\$ 18,9 milhões a São Gonçalo (Metrópoles, 21/04/2026). <https://www.metrópoles.com/colunas/igor-gadelha/pl-destina-r-189-milhoes-a-prefeitura-do-pai-do-presidente-da-alerj>

Trajatória — Doutor Luizinho (Wikipédia). https://pt.wikipedia.org/wiki/Doutor_Luizinho

Trajatória — Altineu Côrtes (Wikipedia). https://en.wikipedia.org/wiki/Altineu_C%C3%B4rtes

Trajatória — Gutemberg Reis (Wikipedia). https://en.wikipedia.org/wiki/Gutemberg_Reis

Famílias políticas na Baixada Fluminense (BXD em Cena). <https://www.bxdincena.com.br/post/o-poder-que-n%C3%A3o-se-alterna-como-fam%C3%ADlias-controlam-a-pol%C3%ADtica-na-baixada-fluminense>

Escala — Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), Dados (SciELO). <https://www.scielo.br/j/dados/a/zzyM3gzHD4P45WWdytXjZWg/?lang=pt>

Perfil — mulheres na bancada federal do RJ (Tribuna do Sertão, 06/10/2026). <https://www.tribunadosertao.com.br/rj-em-foco/2026/10/06/991434-bancada-do-rio-na-camara-dos-deputados-e-majoritariamente-masculina-e-de-direita-dos-46-eleitos-so-dez-sao-mulheres>

Perfil — mulheres na Alerj (Tribuna do Sertão, 05/10/2026). <https://www.tribunadosertao.com.br/rj-em-foco/2026/10/05/991077-mulheres-no-poder-na-alerj-quem-sao-india-armelau-renata-souza-e-dani-balbi-as-tres-deputadas-estaduais-mais-votadas-do-rio>

Reeleição — candidatos à reeleição no RJ (Agenda do Poder, 20/08/2026). <https://agendadopoder.com.br/sede-de-poder-maioria-dos-deputados-do-rio-tentam-a-reeleicao-no-pleito-de-2026/>

Reeleição — renovação de 54% na bancada federal (Tempo Real). <https://temporealj.com/renovacao-camara-deputados/>

Reeleição — Alerj terá 27 novos deputados (Brasil em Folhas, 05/10/2026). <https://www.brasilemfolhas.com.br/2026/10/alerj-tera-27-novos-deputados-e-renovacao-de-38-6-na-proxima-legislatura/>

Reeleição — os 26 novos deputados da Alerj (Tempo Real). <https://temporealj.com/conheca-os-novos-deputados-da-alerj-eleitos-2026/>

Reeleição — Alerj terá 40% de renovação (Manchete Rio, 06/10/2026). <https://mancheterio.com.br/alerj-tera-40-de-renovacao-mas-maioria-dos-deputados-e-reeleita/>

Reeleição 2022 — Alerj terá renovação de 45,7% (Agência Brasil, out/2022). <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-10/renovacao-da-alerj-e-de-menos-da-metade>

Reeleição 2022 — PL elege maior bancada do RJ; 25 reeleitos (Agência Câmara, out/2022). <https://www.camara.leg.br/noticias/911421-com-11-deputados-pl-elege-maior-bancada-do-rio-de-janeiro/>

Listas 2018 — deputados estaduais eleitos no RJ (Diário do Rio). <https://diariodorio.com/eleitos-para-deputado-estadual-no-rio-de-janeiro-em-2018/>

Listas 2018 — deputados federais eleitos (Congresso em Foco). <https://www.congressoemfoco.com.br/coluna/33095/lista-completa-dos-senadores-e-deputados-federais-eleitos-em-2018>

Nacional 2022 — 286 reeleitos e menor renovação desde 1998 (Poder360). <https://www.poder360.com.br/eleicoes/camara-tem-287-deputados-reeleitos-e-menor-renovacao-desde-1998/>

Nacional 2022 — reeleição na Câmara alcança 57% (Agência Câmara). <https://www.camara.leg.br/noticias/912220-reeleicao-na-camara-alcanca-57-vejaquais-deputados-foram-reeleitos/>

Nacional 2026 — Câmara reelege mais da metade dos deputados (CNN Brasil). <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/eleicoes-2026-camara-consegue-reeleger-mais-da-metade-dos-deputados/>

Nacional 2026 — renovação da Câmara chegou a 35% (Agência Brasil). <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/renovacao-da-camara-federal-chegou-35-veja-nova-composicao-da-casa>

Nacional — recorde de representação feminina (Poder360). <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/camara-tera-recorde-de-representacao-feminina-a-partir-de-2027/>

Reeleição por partido — listas estaduais de eleitos 2026 (CNN Brasil, por estado). <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/>

Reeleição por partido — listas estaduais de eleitos 2026 (Gazeta do Povo, por estado). <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2026/>